2

Contexto, personagens e ideias

2.1 Contexto político de criação da Escola

A Escola de Pesca Darcy Vargas foi criada no Estado Novo e a educação talvez represente melhor aquilo que o governo pretendia para o Brasil naquele período, ou seja, formar o “homem novo”. Buscava-se conformar mentalidades e criar um sentimento de brasilidade que fortaleceria uma identidade positiva do trabalhador brasileiro. Tratava-se de um grande empreendimento cultural e político. Sob a liderança de Getúlio Vargas consolidou-se o regime autoritário, justificado pela sua dimensão político-ideológica. Nesse contexto a educação era estrategicamente fundamental devido sua capacidade de socialização dos indivíduos, através de segmentos organizados, nos valores almejados (BOMENY, 1999).

O governo Vargas empenhou-se na valorização do trabalhador nacional, sobretudo através dos ministérios da Educação e Saúde Pública, Agricultura, Trabalho, Viação e Justiça. A relação entre o homem do povo e o Estado estava fundada na mitologia do trabalhador e do trabalho como “fonte de riqueza, felicidade e ordem social”. Desta forma, O Estado, personificado na figura de Vargas, é que poderia conduzir o trabalhador pobre aos instrumentos de realização individual e social. O poder público era responsável por sua ascensão simbólica, visto como bom e honesto, mas prejudicado pelas condições estruturais do sistema sócio-econômico, que podiam ser mudadas. O esforço do trabalhador deveria garantir para ele e seus familiares uma melhor condição de vida, mas o mesmo também seria responsável pela riqueza do conjunto da nação. A promoção do homem brasileiro, era pela defesa do desenvolvimento econômico e a paz social do país e consistia em transformar o homem em cidadão trabalhador (PANDOLFI, 1999. BOMENY, 1999).

Esta ideologia da criação do “homem novo” foi tomada por várias frentes e políticas públicas, no entanto o ensino era entendido como o ponto de partida para a construção de um povo integral, sendo o Estado o responsável por fixar os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos brasileiros, tendo em vista uma série de valores como o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e ao trabalho (GOMES, 1999). Portanto, consideramos que o projeto de nação do governo Vargas pode ser entendido a partir das

colocações de Benedict Anderson ao definir a nação como uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008). Os nacionalismos são, portanto, produtos culturais específicos que devem ser entendidos em suas origens históricas sem perdermos de vista como seus significados se transformaram ao longo do tempo.

Certamente, a chamada Era Vargas é um dos momentos fundamentais da história contemporânea brasileira para uma possível compreensão de um dos processos de construção da nossa nacionalidade na primeira metade do século XX. Tal processo não é linear, por isso nos parece que o período do Estado Novo deva ser entendido como uma etapa específica. Nesse aspecto o Estado Novo se assemelha a outras experiências autoritárias e totalitárias como aquelas de construção nacional empenhadas pelo nazismo, fascismo e comunismo. Uma característica deste contexto é o tratamento da educação como instrumento por excelência de fabricação de tipos ideais de homens que assegurassem a construção e a continuidade de tipos também ideais de nação (BOMENY, 1999).

Para Horta, de 1930 a 1945 moviam-se diferentes forças da sociedade civil e do Estado em torno da educação. A ligação entre educação e saúde, por exemplo, era percebida na ênfase dada à educação física, que a partir de 1937 passa a ser um setor privilegiado de atuação dos militares. Estes buscavam concretizar sua presença nas escolas, por considerar a educação como um “problema de segurança nacional”. Os educadores se esforçaram no sentido de modernizar o ensino para as novas exigências do capitalismo e no sentido da educação moral do cidadão foi introduzido o ensino religioso. Segundo o autor, o Estado buscava atender aos diferentes grupos das classes dominantes, procurando colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária (HORTA, 1994).

De 1942 a 1946, foram realizadas reformas parciais nos diversos ramos de ensino, através de Decretos-lei, conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino. A Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.244 de 09/04/1942) é um dos pontos centrais da Reforma Capanema. Estruturou-se um sistema educacional que deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho, sendo priorizado o desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às classes ou categorias sociais. Desta forma, havia uma educação destinada à elite urbana, para os jovens (exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação) e para as mulheres.

Portanto a nação, como um todo hierárquico e corporado, era o primeiro objetivo da educação (BOMENY, 1999).

Apesar da Escola perpassar vários governos ao longo de seus trinta anos, é no chamado Estado Novo que residem as principais metas estabelecidas para a educação e que marcaram profundamente todo o seu percurso, sobretudo no que diz respeito ao modelo de pescador que se buscava formar naquela Ilha.

2.2 Contexto legal institucional (ensino industrial)

O trabalho como ideal educativo baseou-se na idéia do “aprender fazendo”. Foram introduzidos trabalhos manuais nas escolas e difundiu-se a valorização do ensino profissionalizante. A Reforma do Ensino Secundário do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e a criação do Senai através do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e envolvendo o setor empresarial, são emblemáticos neste sentido. O governo Vargas e seus ministérios estavam empenhados na renovação e valorização do trabalhador nacional, mas apesar deste ser um objetivo comum, sua implementação foi permeada por conflitos. É o caso, por exemplo, da discussão em torno do ensino secundário e do profissionalizante, em que se colocaram em posições distintos setores empresariais e esferas de poder da burocracia do Estado (GOMES, 1999).

No processo de elaboração do Plano Nacional de Educação havia polêmica em relação ao teor que se deveria imprimir à formação dos jovens cidadãos, discutia-se entre educação humanista ou técnica, ensino clássico ou generalizante, basicamente eram estas as polarizações. Por fim, a reforma do ensino secundário privilegiou a formação humanista e foi montado um sistema de ensino profissional e industrial que deu origem ao Senai, Senac, Sesi entre outros (BOMENY, 1999).

No Plano Nacional existiam seções e subseções que descreviam os segmentos do ensino especializado como: doméstico, serviço social, profissional agrícola, industrial, comercial e outros, inclusive o de pesca. Não há uma bibliografia específica sobre as escolas de pesca e este parece ser um tema a ser explorado. No livro *Tempos de Capanema*, os autores mencionam apenas o curso primário de pesca que, segundo o Plano Nacional de Educação, deveria ensinar português, aritmética, noções de geometria plana, geografia, história do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, rudimentos de

astronomia, navegação, mecânica naval, higiene, socorros de urgência, pesca, piscicultura, legislação e política marítima. Eles destacam que este vasto currículo foi proposto para crianças de nove a doze anos de idade, preferencialmente filhos de pescadores, residentes em zonas de pesca. (SCHWARTZAN; BOMENY; COSTA, 1984).

Em uma das entrevistas mais importantes que realizamos, com um ex-aluno da primeira turma que se formou na escola em 1944, obtendo o diploma de artífice em pesca, e posteriormente responsável pela fábrica do pescado, conseguimos ter acesso ao mais importante e talvez único livro didático utilizado para esse tipo de formação na Antiga Escola da Marambaia. Trata-se do *Manual do Patrão de Pesca* (VILLAR, 1942) que contém muitas informações valiosas a respeito das disciplinas e conteúdos propostos para o ensino da pesca em seus dois níveis (primário e secundário). Neste momento não entraremos neste aspecto curricular sobre disciplinas e conteúdos, deixando-o para o capítulo 2 quando retomaremos o material citado para esta finalidade.

O Plano Nacional proposto não foi aprovado na íntegra e Capanema não conseguiu implementar todas as mudanças que desejava, mas garantiu o projeto da “universidade-padrão”, a implantação do ensino industrial e a reforma do ensino secundário. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984) Sobre os dois últimos é necessário fazermos algumas considerações.

A constituição de 1937 preconizou o ensino pré-vocacional e profissional como destinado às classes menos favorecidas e os colocou como primeiro dever do Estado. Na perspectiva dos educadores do Estado Novo, isto significava um avanço democrático, na medida em que o Estado se dispunha a dar assistência aos mais carentes entre a população (PILETTI, 2008). No entanto, uma outra leitura, muito mais comum entre os educadores, é a do caráter discriminatório e anti-democrático deste preceito, à medida em que ele reforça a distinção entre dois tipos de educação: para elite - secundário e superior - e para as classes populares - primário e profissional (PILETTI, 2008).

Na reforma do ensino secundário de 1942, o ensino técnico-profissional passou a ser regulamentado, constituindo três ramos: industrial, comercial e agrícola. Também fica consagrada a divisão do ensino secundário em: ginásio (duração de quatro anos) e segundo ciclo (duração de três anos), este último com opção entre o clássico e o científico. Os cursos ginásiais obedeciam a um programa mínimo comum em todo o país e também funcionavam

como habilitação básica para os cursos profissionais de nível médio. Na visão de Capanema, esta medida proporcionaria a democratização do ensino secundário, já que assim não estaria restrito a conduzir ao ensino superior. Os alunos que não conseguissem ingressar no ensino secundário, pelos exames de admissão, poderiam ingressar no ensino industrial.

Os autores de *Tempos de Capanema* fazem a seguinte síntese da reforma do ensino secundário:

(...) caracterizada pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria. Através dela, também, esperava-se produzir uma nova elite política para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional. (SCHWARTZAN; BOMENY; COSTA, 1984. p. 218)

Mais especificamente no contexto ideológico é importante destacar como o Plano Nacional da Educação é mencionado no Manual, sobretudo em relação ao ensino profissional. Em sua primeira parte consta o relato do professor Paulo Parreiras Horta sobre a relação do *Manual do Patrão de Pesca* e o Plano Nacional de Educação. Ele expõe que o Conselho Nacional de Educação elaborou o Plano de Educação, que deu origem a um código de Educação Nacional. Este Código consiste em um conjunto de princípios e “normas patrióticas” para servirem de base à organização e funcionamento de instituições educativas no território brasileiro. Tem como objetivo formar o “homem completo” (faculdades morais, intelectuais e físicas), para a vida na família, na profissão e na sociedade, despertando o “espírito brasileiro” entendido como, a orientação baseada em tradições cristãs e heróicas da nação, buscando-se independência, unidade e integridade da “pátria”. Assim como, a consciência da solidariedade humana, como prática da justiça e da fraternidade (VILLAR, 1942).

De uma forma geral, podemos perceber que havia um horizonte comum nas políticas de formação acerca do que viria a ser genericamente chamado de “homem novo”. Este horizonte era claramente desenhado pela busca de um tipo de formação voltada para a pátria. Por outro lado, fica claro, a partir dos estudos voltados para este período, que havia um papel a ser desempenhado por cada segmento da sociedade brasileira. Esta segmentação traduzia-se, sobretudo na formação voltada para a elite condutora e na formação voltada

para a mão-de-obra da indústria em expansão. Apesar de não encontrarmos trabalhos específicos sobre o ensino industrial da pesca para este período, nossa pesquisa aponta que os pescadores tradicionais também tinham um papel bastante definido nas políticas de formação do Estado Novo, mas cujas origens remontam ao início do século XX, como discutiremos a seguir.

2.3 Uma primeira genealogia para a Escola: modernização da pesca e defesa nacional

O *Manual do Patrão de Pesca*, ao qual já nos referimos, foi elaborado em 1942 para servir como material didático para as escolas de pesca. Trata-se de um volume extenso composto de muitas partes, que vão desde os conteúdos das disciplinas acadêmicas e técnicas, até a história e algumas regulamentações da pesca.

Este material também nos suscitou questões a respeito da função de origem da Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV). No entanto, precisaremos fazer um breve recuo no tempo para elucidar um processo político e ideológico mais amplo. Ele remonta ao início do século XX e, certamente, é necessário para um entendimento da relação entre a Escola e a Marinha de Guerra. Estamos falando da missão do Cruzador José Bonifácio, que atuou de 1919 a 1923.

É significativo como o manual, produzido pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (CGPB), dá destaque a esta missão, colocando uma imagem da embarcação usada com a seguinte dedicatória:

Portador do nome do Patriarca da Independência, o Cruzador José Bonifácio teve por destino desempenhar a missão mais inconfundivelmente brasileira, jamais confiada a uma unidade da nossa gloriosa Marinha de Guerra, levando o Pavilhão Nacional aos nossos praias, muitos dos quais ainda não o conheciam e despertando assim na alma nobre dos pescadores do Brasil uma consciência nova da sua cidadania e dos direitos a ela associados. (VILLAR, 1942. p. 7)

Entre as páginas do texto que relaciona o manual com o Plano Nacional de Educação de 1937, aparecem novamente imagens relacionadas à missão. São imagens de escolas criadas pelo Cruzador José Bonifácio, que também organizou colônias cooperativas no litoral brasileiro no início do século. São destacados alguns trabalhos desempenhados pelo comandante Frederico Villar e seus oficiais. Tais como a matrícula de pescadores, o registro de embarcações e os aparelhos de pesca e até do mobiliário escolar, feito a bordo do Cruzador.

Como nos revela o ofício nº 1.140, de 3 de julho de 1941 da CGPB, publicado no referido manual, a atuação da CGPB também foi muito importante na política de nacionalização da pesca. Neste ofício ela solicita ao presidente Getúlio Vargas a autorização para a publicação do *Manual do Patrão de Pesca* por uma tipografia oficial. O

presidente da CGPB e autor do ofício, comandante Francisco Xavier da Costa, diz conhecer a simpatia do presidente pelos pescadores do Brasil e reconhece a necessidade da instalação de escolas profissionais. Também justifica a escolha de Frederico Villar para ser o organizador do manual devido ao seu pioneirismo e por ser Delegado da Federação das Colônias de Pescadores do Estado de São Paulo (VILLAR, 1942. p. 21). Cabe ressaltar que Frederico Villar também era membro do Instituto Oceanográfico Brasileiro.

No prefácio do manual Villar destaca que há mais de um século os problemas da pesca são observados por brilhantes estadistas nacionais, como José Bonifácio e que as leis sobre a pesca foram inspiradas no ideal de grandes homens que estudaram os interesses da nacionalidade. Critica a falta de continuidade de atuação administrativa e de doutrina política que caracteriza nossa História, e que teriam impedido o aproveitamento industrial dos produtos aquáticos como maravilhosa fonte de riqueza pública e de importância na defesa do país. Ressalta a opulência ictiológica de nossas águas e as virtudes marinheiras dos nossos caboclos praianos. Ele vai citando vários eventos históricos em que a nação teria visto a atuação de bravos pescadores: em 1823, quando teriam tripulado nossa primeira esquadra e assegurado a Independência Nacional, ou quando o jangadeiro Francisco Nascimento assaltou navios negreiros e libertou escravos em terra cearense. Também menciona como os pescadores europeus auxiliaram a marinha na 1ª guerra mundial, vigiando submarinos e prestando socorro naval (VILLAR, 1942).

A missão do Cruzador José Bonifácio era a execução da campanha nacionalista e libertadora do governo do presidente Epitácio Pessoa. Obedecendo ao disposto na Convenção de Haia de 1882 que definia a pesca como direito exclusivo dos filhos do país e exaltava o pescador como detentor de segredos que interessavam à defesa nacional. A missão do Cruzador era principalmente organizar os serviços da pesca. Assim, ela agrupou os pescadores em colônias, onde foram criadas em torno de mil escolas primárias de 1919 a 1923. As colônias foram reunidas em federações nos seus estados, sendo orientadas pelas capitâncias de portos. No Rio de Janeiro, junto à diretoria de portos e costas, a CGPB, segundo Villar, teria tido um importante papel na defesa dos trabalhadores do mar e no desenvolvimento das indústrias marítimas. Em Santos foi criado o Instituto de Pesca e no Rio de Janeiro o Entreposto Federal da Pesca (VILLAR, 1942).

Consideramos importante o fato de Frederico Villar, o comandante da missão do Cruzador José Bonifácio (1919 a 1923), ter sido escolhido para organizar o *Manual do Patrão de Pesca*. Isso nos sugere a continuidade, em certa medida na Antiga Escola da Marambaia, do projeto de nacionalização da pesca já colocado em prática no início do século XX.

Tanto no prefácio do *Manual do Patrão de Pesca* de 1942, como e, principalmente, no livro de sua autoria *A Missão do Cruzador José Bonifácio* de 1945, Villar desenha uma versão romantizada da missão do chamado “Cruzador do Bem” enaltecendo a atuação dos oficiais e da CGPB. Em sua análise da história da nacionalização da pesca, ao contrário, Geraldo Silva (2004) sublinha que desde 1822 a Armada utilizou tropas de mercenários, no entanto, essa prática não podia se estender porque apresentava uma ameaça à soberania nacional. Até então, as leis municipais e ou consuetudinárias regulavam o comércio da pesca, sua utilização predatória e outros. Em 1840 surgem as primeiras legislações de âmbito nacional, motivada por fatores econômicos e estratégicos (falta de “marinhagem”¹ na Armada Imperial e defesa das fronteiras). Inspirado numa instituição francesa de 1795, a chamada “Inscrição Marítima”, pela qual os pescadores nacionais passaram a constituir a reserva naval para a Marinha de Guerra, foi adotado aqui sistema semelhante entre 1845 e 1846. Os Distritos de Pesca recrutavam compulsoriamente os pescadores da pesca interior e exterior que residissem na costa. Foram recrutados até os pescadores-lavradores que combinavam pesca e agricultura. Essas práticas, pouco amistosas da Marinha de Guerra, sofreram resistências dos pescadores, sobretudo a partir de 1897, quando é instituída a primeira lei da República para recrutamento da Armada através de sorteio da “gente do mar”, constando duas importantes revoltas no início do século XX², que foram reprimidas violentamente pelo Estado Brasileiro (SILVA, 2004).

Para Silva a solução dos conflitos se deu por meio da criação do sistema de representação dos pescadores, que no nível local eram as colônias, no estadual as federações e nacional a CGPB. Entretanto, ele nos alerta que não se tratava de um órgão de representação de classe de pescadores artesanais e sim de um sistema de representação montado em princípios corporativistas e modernizadores, que tinha como objetivos

¹ Arte de navegar ou conhecimento das manobras náuticas (www.dicionariodoaurelio.com/).

² Uma em 1903 na Ilha do Governador, por conta do sorteio dos pescadores de lá, e outra no Ceará pelo mesmo motivo. (SILVA, 2004, p.42)

instaurar uma ética militar e do trabalho. Esse sistema foi resultado de confrontos dramáticos entre pessoas comuns e oficialidade naval e trouxe consigo uma nova postura da Marinha de Guerra através da missão que Francisco Villar comandou e pela qual os oficiais teriam passado de algozes para protetores do bravo povo praiano (SILVA, 2004).

Uma das claras omissões que observamos no prefácio do Manual escrito por Villar é a respeito das revoltas de pescadores decorrentes das ações empreendidas pela Marinha de Guerra no recrutamento. Villar lista, conforme observamos, uma série de momentos históricos em que os bravos pescadores teriam atuado na defesa dos ideais da nação, mas em nenhum momento cita as resistências. Portanto suas obras são testemunhos que corroboram o que Silva nos propõe como reflexão: era necessário, naquele momento, “adestrar os pescadores” numa ética militar e numa nova ética do trabalho. Entendemos que a trajetória e a obra do comandante Francisco Villar estejam profundamente marcadas pelo seu esforço na produção de um discurso do consenso que o Estado almejava para implementar suas ações no âmbito da pesca. Ele abre a narrativa de seu livro publicado em 1945, como um registro memorialista sobre a missão, definindo esta com as seguintes palavras:

O Brasil deve à sua Marinha a independência, a Unidade Política e tôda a sua glória e prosperidade decorrentes da influência que o Poder Marítimo tem constantemente exercido sôbre sua história em mais de um século de existência nacional. A Nacionalização da Pesca e seus Serviços são mais alguns “quartéis” na amarra de Segurança da Pátria. (VILLAR, 1945. p. 21)

Assim, sugerimos que a fundação da Escola de Pesca não estava totalmente fora deste projeto de formação da ética militar e do trabalho, apesar dela ter sido fundada somente em 1939 e, portanto, num contexto diferente. É preciso lembrar que o manual feito pela CGPB e organizado por Villar foi elaborado para o ensino profissionalizante da pesca neste mesmo ano, e foi utilizado primeiramente pela ETDV. Nos capítulos 3 e 4 poderemos observar características do funcionamento da Escola que evidenciarão a rotina militarizada e de produção que eram impostas aos seus alunos. De certa forma, observamos nos depoimentos sobre a Escola características que a remetem a idéia dela ser, de fato, mais um dos “quartéis” na amarra de segurança da pátria.

Em outro trecho, Villar sintetiza o perfil do “pescador brasileiro” que poderia ser útil ao Brasil:

O pescador brasileiro, como homem, como cidadão, como marinheiro e como industrial, só poderá ser útil ao Brasil, enriquecê-lo e defendê-lo, se for realmente um ‘Homem’, na justa expressão desse termo, isto é se deixar de ser analfabeto, se tiver saúde e capacidade profissional e puder ser orientado por um **Instituto Oceanográfico** devidamente aparelhado para demarcar nossos pesqueiros e desvendar os segredos da nossa riqueza aquática. (...) Infelizmente, a nossa gente praiana é constituída por indivíduos completamente alheios à civilização: 99% deles são analfabetos; doentes, demolidos pela verminose, cobertos de úlceras, esquilidos; com os intestinos pandos de tricocéfalos, ascaris e anquilóstomos; combatidos pela malária, pela lepra, pela sífilis e pelo alcoolismo. De nada poderão servir homens, embora inteligentes e bravos, assim em grande parte em lamentável estado de deficiência física, vivendo, ou melhor, vegetando sendo explorados pelos mandões locais e por êles cruelmente escravizados. ERA POIS, PRECISO LIBERTAR, SANEAR, INSTRUIR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONISSIMO CABOCLO PRAIANO. (VILLAR, 1945. p. 23-24, grifos do autor)

O discurso proferido pelo ministro Gustavo Capanema, em 1945, na Ilha da Marambaia, na ocasião da formatura da primeira ala de artífices de pesca da ETDV, reforça nossa concepção de permanência do projeto de formação ética do trabalho e militar para os pescadores do Brasil:

A vossa missão, a missão dos pescadores, tem uma responsabilidade enorme para a Nação. Sois, por um lado, trabalhadores da economia nacional. Bem sabeis que até agora a indústria de pesca era primitiva, insegura e falha em nosso país. Sois os primeiros diplomados pela Escola Técnica Darcy Vargas e isso confere à vossa responsabilidade um sentido de maior exigência. Em segundo lugar, tendes responsabilidades com as defesas de nossos rios e litoral, com isso haveis de construir preciosa falange de soldados brasileiros, na constante vigia e guarda de nossas águas. (FACR, 1962. p. 71)

O discurso acima, de Capanema que reproduzimos em parte, se completa com o trecho de uma carta do comandante Frederico Villar para este ministro em 1938. Encontramos este trecho no Regimento Interno da ETDV de 1962, que é mais um indicativo da forte influência que Villar exerceu sobre um grande projeto que se materializou na Escola de Pesca Darcy Vargas:

Ao brilhante espírito de V. Ex. não escapará a oportunidade e a importância do estudo de uma solução semelhante, desse magno e urgente problema em nosso País, que possui uma das maiores frotas mercantes do mundo e cuja Pesca, aproveitamento industrial dos produtos aquáticos, construção naval e industriais correlativas se arrastem á mingua de pessoal capaz de proporcionar á Nação os elementos de que ella carece para o desenvolvimento da riqueza pública e da sua defeza. Aliás, essa medida viria completar as sabias leis ha pouco decretadas pelo Governo Federal

nacionalizando a Marinha Mercante, a Pesca e industria correlativas neste Paiz que mede 9.500 kms. de costas de mar onde desaguardam rios caudalosos com cerca de 50.000 kms. de cursos navegavel em cujas aguas mourejam centenas de milhares de Brasileiros sem uma unica Escola Profissional de Actividades Maritimas, onde possam preparar-se para defender os interesses nacionaes, tanto na paz como na guerra. (FACR, 1962. p. 8)

2.4 Uma segunda genealogia: pobreza urbana, assistencialismo e a obra de Levy Miranda

Buscamos, até aqui, estabelecer uma relação sobre os ideais de formação do período do Estado Novo e suas políticas de ensino profissionalizante industrial, assim como as questões acerca da nacionalização da pesca, como ferramenta para uma possível compreensão do processo sócio-ideológico de surgimento da Escola. No entanto, consideramos fundamental o fato de que a concretização da Escola de Pesca se deu como mais uma obra assistencial de Raphael Levy Miranda, o fundador do Abrigo do Cristo Redentor. Além de documentado, este fato é partilhado pela memória da comunidade, dos funcionários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor³ e de seus contemporâneos.

Pretende-se a partir do personagem enfocado demonstrar alguns aspectos importantes da dinâmica política, tanto em termos das relações pessoais estabelecidas por ele com autoridades públicas na década de 1930, como pelo campo de preocupações destas. Em outras palavras, faremos observações sobre as articulações que lhe teriam permitido executar sua obra assistencial, tendo em vista, por exemplo, a preocupação de poderosos setores da sociedade com a mendicância no ambiente urbano do distrito federal. Essa preocupação tinha na assistência social uma importante força de ação, representada pelo papel político da primeira dama Darcy Vargas na área assistencial.

Na apresentação da biografia de Levy Miranda, escrita por Jayme Pondé, *Apóstolo da Assistência Social no Brasil* (PONDÉ, 1977), Austregésilo de Athayde refere-se a Levy como um homem de virtude igual a dos santos antigos pela sua caridade evangélica e ação social. Athayde descreve-o como propugnador dos direitos humanos, homem que

³ De 1936 a 1943 os estabelecimentos subordinados a ele constituíam uma sociedade civil, sob a designação de ACR, que abrangia o Abrigo deste nome, no Rio, e dois ou três educandários. A partir de 1943 a entidade constituiu-se em Fundação FACR, por iniciativa de Vargas.

trabalhava em prol dos pobres, enfermos e desvalidos, de força espiritual que se lançava aos empreendimentos com energia e obtia êxito. Fundava escolas e as sustentava. Sua vida era exemplo para as novas gerações, pois serviu ao próximo, à Deus e à Pátria. É neste mesmo tom que a biografia é escrita por Jaime Pondé.

Pondé foi, dentre outros cargos na Fundação, diretor do serviço médico do Abrigo do Cristo Redentor em Bonsucesso. Escreveu o livro a pedido do próprio Levy Miranda, quando este estava próximo de sua morte, com o objetivo de contar a história do Abrigo e deixar uma mensagem de esperança e de fé. Portanto, trata-se de uma obra semi-institucional e semi-biográfica, que tenta monumentalizar o personagem e sua obra. No entanto, ela continua sendo uma das principais fontes da pesquisa sobre a Escola da Marambaia, pois a partir do livro pode-se visualizar informações sobre as relações de Levy Miranda com autoridades públicas e pela considerável gama de dados acerca do funcionamento geral da FACR.

O autor descreve a trajetória pessoal de Levy Miranda, falando de pessoas ligadas a ele ao longo de sua vida e que foram importantes para a sua obra assistencial. Referindo-se à sua vocação de apóstolo, cita suas paternas amizades com os cardeais Sebastião Leme e Jayme Câmara. Segundo sua biografia, não era um erudito e só fez o curso ginásial até o quarto ano. Lia a bíblia e jornais, tinha poder de iniciativa e era improvisador. Estimado pelos necessitados e teve amizade de estadistas, além de ter recebido comendas e títulos. Tinha como objetivos educar o menor e prover a nação de bons técnicos, retirando-a do “primitivismo” em que se arrastava em diversos setores. Levy Miranda teria lançado a pesca, modernizando-a e estimulando as atividades agropecuárias e artesanais, que instalou nos currículos de seus educandários. Destaca ainda, que Levy teria um plano, em nível nacional, de instalação de granjas leiteiras e criação de gado para exportação, que não foi implementado. Também enfatiza que ele ergueu a cruz de Cristo em todos os estabelecimentos que fundou. Portanto, o texto de Pondé tem um forte efeito de mitologização do personagem, que também verificamos em outros textos escritos pelos diretores do Abrigo do Cristo Redentor.

No texto “A Boa Semente”, publicado no relatório de 1941 da FACR, Helion Póvoa disserta sobre a fama da Cidade Maravilhosa, destacando que os missionários da providência divina a conheciam melhor pelo outro lado da vida em contraposição aos

entusiastas das suas belezas naturais. Destaca os morros cravejados de tabas de miseráveis, os menores crescendo debaixo de pontes infectas e até mutilados com falsos pedidos chorosos. Para que a cidade fosse verdadeiramente maravilhosa, o relator defende menos beleza artística e mais piedade cristã, com educandários para os menores desviados pelas ruas. Logo em seguida cita o juiz Burle de Figueiredo como um homem mais crente na justiça do céu que nas decisões da terra. Fora ele o responsável por colocar Levy Miranda diante do presidente Getúlio Vargas, considerado por Póvoa, homem de governo sensível ao sofrimento humano. Neste momento teria sido plantada a semente do Abrigo do Cristo Redentor.⁴

Este discurso, contido no texto de Helion Póvoa, em relação ao problema social no contexto urbano do Rio de Janeiro encontra correspondência com o de Jaime Pondé, quando relata a situação da cidade na década de 1930 que era, em suas palavras, “o paraíso dos mendigos”. Jaime Pondé afirma que isso era visto como um grande problema pelos lojistas e que o presidente do sindicato dos lojistas, Antônio Ribeiro de França Filho, liderou, em 1934, um movimento instituindo caixas de esmolas pela cidade na intenção de criar um fundo destinado à assistência social.

Neste mesmo ano, foi criada a Delegacia de Mendicância tendo como delegado Jayme de Souza Praça, outro personagem que teve ligação direta com Levy. O deputado federal França Filho, com prestígio junto ao comércio da época, o teria aproximado de inúmeras personalidades do alto comércio e da indústria, proporcionando o êxito que obteve na execução das campanhas financeiras em prol da instituição.

Ainda de acordo com Pondé, numa reunião com autoridades e pessoas influentes da sociedade carioca, Levy Miranda teria explicitado a necessidade de uma campanha pública para resolver o problema da mendicância usando argumentos cristãos e demonstrando os resultados obtidos na Bahia. Também teria falado sobre o apoio do chefe de polícia, Filinto Muller e do prefeito Pedro Ernesto. O delegado. Jayme Praça teria opinado que se deveria pleitear no Congresso Nacional uma lei que melhor aparelhasse a autoridade policial de meios para o combate à vadiagem e o recolhimento do “falso mendigo” em estabelecimento, que mediante métodos educativos, pudesse ser recuperado.

⁴ É a primeira instituição de caridade fundada por Levy Miranda no Rio de Janeiro em 1935 no bairro de Bonsucesso. Atualmente a sede da FACR permanece em atividade atendendo idosos.

Segundo o autor, o Abrigo viveu de donativos no primeiro ano e a partir de 1938 passou a receber verbas dos Ministérios da Educação e Saúde Pública e da Justiça. Desde os primeiros dias de funcionamento, o Abrigo recebeu contribuições em gêneros alimentícios, medicamentos, móveis e outros. Posteriormente outras fontes de recursos juntaram-se com a criação das escolas que passaram a contribuir com rendas de seus artesanatos, dos serviços agrícolas e da pesca. Além destas destacaram-se no início as caixas de esmola e a coleta de papéis.

O trabalho assistencial de Levy Miranda foi de grande amplitude. Foi o responsável pela fundação de albergues, institutos, escolas de formação profissional, como a Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas (posteriormente Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda), o Instituto Profissional Getúlio Vargas, o Patronato Agrícola de Sacra-Família no Rio de Janeiro (posteriormente Escola Agrícola Rodolfo Fuchs) e a Escola de Pesca Darcy Vargas, entre outras (PONDÉ, 1977).

No segundo item do Relatório de 1941 de título *Um tecto Cristão a crescer Sempre*, Hélión Póvoa destaca a doutrina econômica de Levy Miranda como, “não ter, para ter mais” como triunfadora. Ressalta que o grandioso plano da Escola de Pesca se dava num momento em que a Fundação estava com seus recursos angariados esgotados. Num tom ufanista afirma que a escola seria a maior e melhor instituição de toda a América do Sul. Um educandário de meninos pobres, escola de trabalho e de felicidade, justamente onde existiu um entreposto de escravos. O “sonho de meninos felizes sorrindo, onde choraram desgraçados, recebeu o nome da primeira dama, uma representante da generosidade da mãe brasileira”, segundo o relator.

O texto dá a entender que a idéia de criar uma escola de pesca teria sido uma iniciativa particular de Levy Miranda. No entanto, como vimos, a política de nacionalização da pesca, tendo a formação do pescador como um de seus principais alicerces, estava em curso nas décadas anteriores.

Segundo Pondé, Levy Miranda sempre teve atração pela pesca, e a idéia de dar formação profissional para o ramo surgira em 1937. A proximidade do mar da escola de Bonsucesso teria lhe despertado o interesse em preparar tecnicamente o futuro pescador brasileiro. Em 1939 Levy Miranda teria conhecido a Marambaia e se impressionado com a beleza da região e com o povo que habitava o local. De volta ao Rio, procurou o Almirante

Aristides Guilhem (Ministro da Marinha) e pediu a doação da Ilha para seu empreendimento. O ministro encaminhou seu pedido ao Presidente da República. Ainda neste ano, parte uma comitiva a Marambaia, com o intuito de avaliar a viabilidade do plano. A comitiva era formada por membros da Diretoria do ACR, entre os quais, Helion Póvoa, Rodolfo Fuchs, Arlindo Janot, João Brito dos Santos e Sampaio Vianna. A Ilha da Marambaia foi doada pelo presidente Vargas para a construção da Escola em novembro de 1939, sendo concedida uma importância de 500 contos, através do Ministério da Agricultura. Esta quantia só foi liberada no final do ano, mas a realização da obra foi imediata devido à arrecadação, superior a mil contos, feita pela instituição em 1939.⁵ (PONDÉ, 1977)

No que tange a assistência para a infância, Simili aponta tendências que ganharam ímpeto nos anos 1930 (SIMILI, 2008). Diversos setores da sociedade brasileira passaram a investir na criação e na reformulação de instituições com características de asilos e de reformatórios para menores. O Estado assumiu gradativamente uma função de controle sobre a assistência, passando a existir órgãos destinados a lidar com o problema. Muitos projetos eram elaborados pelas elites preocupados com a criminalidade e improdutividade entre os pobres. Para a autora a assistência à infância constituiu-se sob a forma de um conjunto de políticas que coexistiam de maneira não coordenada, que se expressava na duplicidade de ações, ausência de integração e baixa qualidade do atendimento. Ela chama atenção que é nesse contexto que Darcy Vargas cria sua Fundação de amparo à infância desvalida e marca sua presença no cenário destas políticas.

Mesmo sendo de naturezas distintas de produção, podemos perceber semelhanças entre algumas das considerações do estudo de Simili e a narrativa de Pondé sobre o desenrolar dos acontecimentos que antecederam a obra assistencial do Abrigo do Cristo Redentor. Como por exemplo, a relação entre mendicância, comércio e controle social. Portanto, observamos que Levy Miranda e Darcy Vargas marcaram forte presença no que diz respeito às políticas de amparo aos desvalidos.

*

⁵ Em relação a essa quantia há um desencontro com a afirmação de Hélon Póvoa, que ressalta o esgotamento de recursos na época. Sendo assim, ficamos sem saber qual era realmente a situação financeira do ACR, quando a Escola começou a ser construída.

Como considerações parciais podemos perceber como havia um contexto mais amplo, de um estado forte e de cunho assistencialista, que favoreceu a criação da Fundação e da própria Escola. Esse contexto é capitaneado por Levy Miranda de tal forma, que a memória produzida por seus companheiros desconhecem esse contexto mais amplo. Como é o caso da biografia escrita por Pondé e das considerações feitas por Póvoa no relatório de 1941, que atribuem ao Levy Miranda o papel de fundador mitológico ao qual tudo se deve exclusivamente por sua iniciativa. Contudo, o fato de a Escola ter surgido dentro da Fundação, nos oferece uma segunda genealogia para a escola de pesca, que não se opõe, mas se combina com a genealogia que remete à Missão do Cruzador e ao contexto de organização da pesca no Brasil.

ANEXO I: lista das obras assistenciais de Levy. Miranda

Instituições do ACR (por ordem cronológica):

1. Abrigo do Salvador
2. Abrigo do Cristo Redentor
3. Instituto Profissional Getúlio Vargas
4. Escola Técnica Darcy Vargas
5. Patronato Agrícola de Sacra-Família no Rio de Janeiro (posteriormente Escola Agrícola Rodolfo Fuchs)
6. Abrigo do Cristo Redentor de São Gonçalo – RJ
7. Instituto Natalina Janot
8. Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas (posteriormente Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda), Santa Cruz – Rio
9. Cidade dos Meninos ou Cidade dos Meninos Darcy Vargas, D. Caxias – Rio

Também fundou albergue em São Félix – BA e a Associação Comercial de Barra Mansa e Abrigo do Cristo Redentor de Recife. A partir de 1943 a entidade constituiu-se em Fundação FACR, por iniciativa de Vargas.

Ficaram vinculadas a FACR:

1. Abrigo do Cristo Redentor
2. Instituto Profissional Getúlio Vargas
3. Escola Técnica Darcy Vargas
4. Aprendizado Agrícola Sacra-Família
5. Instituto Natalina Janot
6. Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas
7. Cidade dos Meninos

Reuniram-se posteriormente:

1. Patronato de menores de São Gonçalo, por iniciativa do governo do estado do Rio de Janeiro.
2. Escola João Luiz Alves, por determinação do Ministério da Justiça.
3. Escola Agrícola de Maruípe, por solicitação do governo do Espírito Santo.
4. Instituto Horácio Lemos, a pedido de organização particular.

Em 1977 a FACR era constituída por:

1. Abrigo do Cristo Redentor (capital)
2. Escola Agrícola Rodolfo Fuchs
3. Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda
4. Cidade dos Meninos Darcy Vargas